

1 No dia 21 de setembro de 2016, na sala de reuniões S1 do 1º subsolo do Edifício Marie
2 Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, foi realizada a 61ª
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam
4 presentes os seguintes membros da Comissão: Sr. **José Pedro Oliveira Costa**
5 (Presidente), Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente -
6 MMA; o Sr. **Ugo Eichler Vercillo** (Titular), Diretor do Departamento de Espécies do
7 Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza**
8 (Suplente), Diretor do Departamento de Ecossistemas do Ministério do Meio Ambiente -
9 MMA; a Sra. **Clarissa Souza Della Nina** (Titular), representante do Ministério das
10 Relações Exteriores - MRE; a Sra. **Patrícia Metzler Saraiva** (Titular), representante do
11 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; a Sra. **Danielle Blanc**
12 (Suplente), representante do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA; a Sra. **Raquel de**
13 **Oliveira Alves** (Suplente), representante do Ministério do Planejamento,
14 Desenvolvimento e Gestão – MPOG; a Sra. **Andrea Ferreira Portela Nunes** (Titular),
15 representantes do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação -
16 MCTIC; as Sras. **Márcia Chame** (Titular) e **Leandra Lofego Rodrigues** (Suplente),
17 representantes do Ministério da Saúde - MS; a Sra. **Maria Izabel Soares Gomes**
18 (Suplente), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
19 Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodrigues** (Titular),
20 representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; o Sr. **João**
21 **Carlos de Petribu de Carli Filho** (Suplente), representante da Confederação da
22 Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; o Sr. **Eliziário Noé Boeira Toledo** (Suplente),
23 representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
24 Agricultoras Familiares – CONTAG; a Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo** (Titular),
25 representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente
26 e o Desenvolvimento – FBOMS – Movimentos Sociais; a Sra. **Patrícia Siqueira de**
27 **Medeiros** (Ouvinte), do Ministério da Defesa - MD; a Sra. **Elielma Ribeiro Borcem**
28 (Ouvinte), do MAPA/Secretaria de Pesca; o Sr. **Iêdo Bezerra Sá** (Ouvinte), da Empresa
29 Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Semiárido – Embrapa; os Srs. **Victor Hugo**
30 **Brandão** e **Murilo Reis** (Ouvintes), representantes da empresa Barral M Jorge
31 Consultores Associados. Também participaram desta reunião a Sr. **Iona'i Moura**, o Sr.
32 **Mateus Motter Dala Senta**, analistas do Ministério do Meio Ambiente e a Sra. **Camila**
33 **Steiner**, da Secretaria Executiva da Conabio.

34 A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO
35 DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA da 59ª e 60ª Reuniões Ordinárias; 4.
36 ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO; 4.1 Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a
37 Biodiversidade (EPANB) e o processo de adesão; 4.2 PLANAVEG 2.0 – Plano de
38 Recuperação de vegetação nativa; 4.3 Áreas prioritárias para Conservação da
39 Biodiversidade; 4.4 Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros
40 (PMABB); 4.5 Apresentação andamento GEF Pró-espécies (Programa Nacional de
41 Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção); 4.6 Avaliação da necessidade da
42 permanência das Câmaras Técnicas como ambiente de debate; e 4.7 Calendário de
43 Reuniões Ordinárias da CONABIO para 2017. 5. ENCERRAMENTO.

44

45 **ABERTURA**

46 O Sr. Secretário de Biodiversidade, **José Pedro de Oliveira**, abriu a reunião, comentando
47 a pauta e destacou ainda alguns temas relevantes na agenda da SBF como Corredores,
48 Santuário de Baleias e a proteção de Papagaios.

49 A pauta foi aprovada pelos membros, com destaque pelos representantes da CNA,
50 FBOMS e MAPA sobre a necessidade de gravação do áudio da reunião.

51 Os representantes da FBOMS, MS, MPOG e MCTIC discutiram o tema de licenciamento
52 ambiental, observando o momento de revisão de suas regras.

53 **APROVAÇÃO DA PAUTA**

54 Aprovada sem alterações.

55 **APROVAÇÃO DA ATA DA 59ª Reunião Ordinária.** A Ata foi aprovada sem
56 alterações. A representante do FBOMs, a Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo**, manifestou
57 abstenção por não estar presente na reunião.

58 **Aprovação da ata da 60ª RO.** Primeiramente, foi esclarecido o questionamento feito na
59 reunião anterior pelo Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA, quanto à citação
60 do Cadastro Ambiental Rural – CAR pela ex-secretária de Biodiversidade e Florestas, a
61 Sra. Ana Cristina Fialho de Barros. O representante do CNA foi informado que a fala da
62 ex-secretária sobre o tema, se deu na 58ª Reunião Ordinária da CONABIO e que constava
63 da Ata daquela reunião. A Sra. **Patrícia Saraiva** - MAPA, reforçou a importância do
64 serviço de estenotipia nas reuniões e contribuiu com correções no texto. A representante
65 também manifestou a necessidade de revisão da ata para complementá-la com temas que
66 foram discutidos ao longo da reunião, como por exemplo, a recomposição dos
67 representantes da CONABIO haja visto a mudança de estrutura do governo federal
68 (extinção dos Ministérios da Pesca e Aquicultura - MPA e do Desenvolvimento Agrário
69 – MDA). Os representantes do FBOMS e CONTAG abstiveram-se, justificando que não
70 estavam presentes. A Ata não foi aprovada e os membros optaram por aguardar as
71 alterações. A Sra. **Leandra Rodrigues** – MS informou que o Ministério da Saúde revisará
72 sua representação.

73

74 **DISCUSSÕES**

75

76 **1 EPANB - Estratégia e Plano Nacional para Biodiversidade e o processo de adesão;**

77 A Analista Ambiental **Iona'i Moura** – MMA, apresentou o processo em desenvolvimento
78 da EPANB, informando que o documento terá o caráter incremental, onde cada parte
79 define como contribuirá para o cumprimento das metas nacionais, aprovadas pela
80 CONABIO. O documento na versão atual apresenta apenas os compromissos da SBF e
81 está iniciando o processo de adesão de outras instituições, que serão demandadas
82 diretamente pelo MMA ou que poderão espontaneamente aderir à EPANB por meio do
83 endereço eletrônico: www.mma.gov.br/epanb. O processo será incremental, no qual a
84 EPANB será revisada e atualizada a partir de novas adesões. A Sra. **Andreia Nunes** –
85 MCTIC, questionou sobre como as instituições de pesquisa estão sendo contatadas. A
86 representante sugeriu usar as instituições de fomento à pesquisa. A Sra. **Márcia Chame**
87 – FioCruz/MS, questionou sobre participação, distribuição e envolvimento das
88 universidades e outras redes ou sociedades, citando, como exemplo, o Instituto Evandro
89 Chagas. Recomendou incluir todas as instituições de pesquisa, sugerindo usar os grupos
90 de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
91 A Sra. **Ivaneide Cardozo** – FBOMs, sugeriu contato com as Universidades Federais de
92 Rondônia e do Amazonas, a Associação Canindé, o Instituto Socioambiental (ISA), a
93 Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), o Instituto de Proteção Ambiental do
94 Amazonas (IPAAM), e Institutos Federais que fazem pesquisa em terras indígenas. A Sra.
95 **Iona'i Moura** – MMA, reforçou a utilização do formulário que está disponível no
96 endereço eletrônico da EPANB. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA,
97 esclareceu que as sociedades serão mobilizadas e solicitou ajuda do MCTIC para
98 identificar quais instituições de pesquisa serão acionadas. Informou, também, que reitores
99 das universidades e membros da CONABIO irão receber os documentos e, de antemão,
100 solicitou que os membros fizessem sugestões de outras instituições. O Sr. **Iêdo Bezerra**

101 **Sá** – Embrapa, sugeriu Centro de Conservação e Manejo de Fauna - CEMAFUNA e o
102 Centro de referência para recuperação de áreas degradadas/Bioma Caatinga – CRAD da
103 Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). O Sr. **Ugo Vercillo** – MMA,
104 acolheu as sugestões e ressaltou que os documentos encontram-se no site da EPANB e
105 está disponível para que todas instituições consultem. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos**
106 **Scaramuzza** – MMA, solicitou mala direta dos reitores das universidades para a
107 representante do MCTIC. Ainda destacou que as sugestões de indicações sejam feitas via
108 formulário específico para que o MMA possa contatar estas instituições. A Sra. **Leandra**
109 **Lofego Rodrigues** - MS perguntou se nesta etapa de contribuições, as instituições
110 organizadas participarão. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA,
111 confirmou que serão acessadas. MMA, Ministérios, Conselhos, governos estaduais e
112 municipais, academia, universidades, e organizações não governamentais. A Sra.
113 **Ivaneide Bandeira Cardozo** – FBOMS – Movimentos Sociais, questionou sobre a
114 indicação do ponto focal. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA,
115 informou que os pontos focais irão editar os documentos e que sua equipe está verificando
116 a melhor forma de resolver esta pendência. Observou, ainda, que provavelmente, será por
117 meio do serviço de e-mail Gmail.

118

119 **2 PLANAVEG 2.0 - Plano de Recuperação de Vegetação Nativa;**

120 O Analista Ambiental **Mateus Motter Dala Senta** - MMA, foi o responsável pela
121 apresentação deste tema, que foi elaborado pelo MMA em parceria com o grupo de
122 trabalho World Resources Institute (WRI), União Internacional para Conservação da
123 Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), Instituto Internacional para Sustentabilidade
124 (IIS), Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e a Universidade de São Paulo (USP-
125 ESALQ), sendo revisado após processo de consulta pública. O analista informou que o
126 PLANAVEG tem como objetivo ampliar e fortalecer as políticas públicas, incentivos
127 financeiros, mercados, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para a
128 recuperação da vegetação nativa de, pelo menos, 12,5 milhões de hectares nos próximos
129 20 anos. Ademais, espera-se que o PLANAVEG seja formalizado por meio de Decreto
130 Presidencial que instituirá a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa e
131 a Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, que será responsável pelo
132 acompanhamento da implementação da política e integração dos atores. Foram
133 apresentadas as medidas que irão compor o PLANAVEG de curto, médio e longo prazo.
134 A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo** – FBOMS – Movimentos Sociais, perguntou se o
135 Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda existe ou é atuante. Foi informada que
136 virou a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário na
137 Casa Civil. Também questionou se as terras indígenas foram objeto de análise. O Sr. **Iêdo**
138 **Bezerra Sá** - Embrapa/Semiárido, apresentou considerações sobre áreas de recuperação
139 na caatinga. O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA, comentou sobre
140 agricultores familiares, questionando a composição da Comissão proposta, em virtude da
141 ausência de representação de proprietários rurais, que são os proprietários das áreas objeto
142 do trabalho. Levantou ainda a necessidade de integração do PLANAVEG, ao Programa
143 de Regularização Ambiental – PRA, sugerindo que seja feita a análise dos 27 PRAs, dos
144 estados. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA, informou que o Serviço
145 Florestal Brasileiro (SFB) está fazendo este levantamento e avaliando possíveis
146 coordenações. O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA, destacou o problema
147 da falta de mecanismo que protejam o produtor rural para o cumprimento dos
148 compromissos relacionados ao financiamento. Citou uma resolução do CONAMA que
149 permite os cultivos anuais visando a recuperação de área de preservação permanente. O
150 Sr. **Mateus Motter Dala Senta** - MMA respondeu que a recuperação de área degradada

151 com retorno financeiro para o produtor. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** –
152 MMA, esclareceu que as consultas regionais serão feitas pelas Câmaras Técnicas.
153 Comentou, ainda, que o objetivo é buscar um arranjo de integração de ações para a
154 restauração ambiental. O Decreto é um Plano A, mas que existem outras possibilidades
155 como uma Portaria Interministerial entre MAPA e MMA, que tem suas limitações de
156 participação de outros entes. Pede que os membros discutam internamente com seus
157 pares sobre como fazer esta integração. Informou, também, que está dentro do processo
158 de construção do PLANAVEG, a busca de mecanismos de incentivos e proteção. A Sra.
159 **Márcia Chame** – FioCruz/MS, sugeriu o estabelecimento de áreas prioritárias para
160 recuperação, sugerindo a busca por corredores e que sejam definidos critérios para a
161 priorização de áreas que reduzam o risco e amplifiquem o efeito, como por exemplo,
162 nascentes e veredas. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA, informou
163 que isto está sendo avaliado para implementação e que os temas estão absorvidos dentro
164 do processo, com exceção do ambiente aquático, que ficou para um segundo momento.
165 A Sra. **Clarissa Souza Della Nina** – MRE, perguntou sobre a presença do Ministério das
166 Cidades para a difusão da iniciativa, considerando os aspectos da integração discutidos
167 no âmbito da CBD e, também, se o planejamento espacial e monitoramento são baseados
168 no SICAR. O Sr. **Mateus Motter Dala Senta** – MMA, respondeu que será baseado no
169 SICAR, mas a intenção é aperfeiçoá-lo para facilitar os produtores na recuperação de
170 áreas degradadas e que o SICAR é uma ferramenta de integração com o mecanismo de
171 monitoramento do Programa de Monitoramento de Biomas. A Sra. **Leandra Lofego**
172 **Rodrigues** – MS, questionou quem custeia e sugeriu incluir a política de saúde integral
173 das populações de campo, florestas e água. O Sr. **Mateus Motter Dala Senta** – MMA,
174 informou que R\$ 190 milhões do Governo Federal para os primeiros cinco anos e que a
175 implementação da restauração deverá contar com recursos da iniciativa privada. Ainda
176 deve-se identificar outras financiadoras, que isto está em avaliação, para buscar as
177 próximas.

178 O Sr. **Eliziário Noé Boeira Toledo** – CONTAG, comentou sobre a desconfiança dos
179 produtores da agricultura familiar. Não compreende como se dará a recuperação de 2
180 milhões de hectares e acredita não haver orçamento federal para todo este número de
181 hectares. Sugere pegar os planos safra para apoiarem e, também, que a proposta aponte o
182 imbróglgio legal sobre produção de mudas. Pergunta como o PLANAVEG pode se
183 enquadrar dentro do Plano Safra, já que falta orçamento. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos**
184 **Scaramuzza** – MMA, respondeu que criar uma política e um programa é também
185 necessário para resolver/articular esta falta de orçamento. O assunto é importante e
186 urgente e tendo um programa fica mais fácil para conseguir verba. Que a proposta da
187 Comissão é exatamente para coordenar estas políticas. A Sra. **Ivaneide Bandeira**
188 **Cardozo** – FBOMS, solicitou o orçamento do PLANAVEG e recomendou que as áreas
189 indígenas e associação do povo Suruí sejam consideradas no processo. A Sra. **Andrea**
190 **Ferreira Portela Nunes** – MCTIC, solicitou os relatórios dos debates com a academia
191 para ter conhecimento sobre os gargalos para a pesquisa, sobre monitoramento da
192 regeneração. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA, informou que não
193 houve discussão sobre este produto, mas será disponibilizado.

194 Devido à proximidade do horário do intervalo para o almoço e com a concordância dos
195 membros em plenária, foi alterada a ordem das apresentações anteriormente estipulada na
196 pauta. O novo formato das apresentações seguiu a ordem dos itens 5 - Apresentação
197 andamento GEF Pró-espécies (Programa Nacional de Conservação das Espécies
198 Ameaçadas de Extinção), 3 - Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade, 4 -
199 Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB), finalizando

200 com o item 6 - Avaliação da necessidade da permanência das Câmaras Técnicas como
201 ambiente de debate, no período vespertino.

202

203 **5 Apresentação andamento GEF Pró-espécies (Programa Nacional de Conservação**
204 **das Espécies Ameaçadas de Extinção);**

205 Após a apresentação do Sr. **Ugo Vercillo** – MMA, sobre o Programa GEF Pró-espécies,
206 a Sra. **Márcia Chame** – FioCruz/MS, comentou que são necessárias abordagens
207 diferenciadas para tratar a caça ilegal e a caça por populações rurais e ribeirinhos. E uma
208 política para tratar do tema. Informou também que a FioCruz vai publicar um livro sobre
209 a relação destas comunidades com a caça. A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo** – FBOMS,
210 reforçou que na floresta não há mercados, portanto, os índios caçam, mesmo que com
211 arma de fogo, mas existe um monitoramento sobre o que foi caçado, as espécies que estão
212 em baixa. Pesquisadores auxiliam neste levantamento. Os indígenas não dão informações
213 em relação à caça para ICMBio e outros órgãos de fiscalização, porque acreditam que
214 eles só aparecem para repreender e não para orientar. Lembrou que os traficantes de
215 animais ficam nas cidades. Acredita que o processo de educação deve ser feito
216 principalmente fora das aldeias. Mencionou um episódio de tráfico de pássaros e sugeriu
217 que toda sociedade deve ser representada na elaboração do projeto, participando do
218 processo de definição das áreas e do projeto. O Sr. **João Carlos de Petribu de Carli**
219 **Filho** – CNA, lembrou do pedido feito na 58ª Reunião Ordinária da Conabio, para que
220 a IUCN apresentasse o processo de avaliação do estado de conservação da biodiversidade.
221 Observou que a Conabio está fazendo como cartório, somente tomando conhecimento de
222 projetos já em andamento. Expressou que a Conabio devia participar da elaboração dos
223 planos, projetos e discussões. Exemplificou que produtores relatam sobre a existência de
224 espécies em determinadas áreas, mas que elas constam na lista de espécies ameaçadas de
225 extinção. Solicitou discussões sobre as listas de espécies ameaçadas de extinção desde o
226 início do processo. Sugeriu que as listas das espécies ameaçadas sejam regionalizadas. A
227 Sra. **Patrícia Saraiva** - MAPA, perguntou se as espécies aquáticas estarão contempladas.
228 A Sra. **Danielle Blanc** – MPA, opinou que deve-se pensar sobre a discussão desde o início
229 na Conabio, corroborando com o Sr. João Carlos de Petribu de Carli, pensando nas
230 consequências das atitudes. Citou que na 18ª Reunião Extraordinária da Conabio foi
231 levantada a preocupação em virtude da primeira lista, e também dar apoio maior para o
232 MMA. O Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodrigues** – SBPC, comentou que acredita que
233 um programa tem que ser pensado em todos os níveis e o que se extraiu de bom que pode
234 ser utilizado como aprendizagem, sugeriu, também, focar em áreas e projetos piloto. A
235 Sra. **Márcia Chame** – FioCruz/MS, opinou que a Conabio tem que ter um papel mais
236 ativo e retomar o modus anterior. Comentou sobre os papéis dos critérios da IUCN, que
237 são definidos por pesquisadores renomados e que devemos focar a discussão e os esforços
238 para replicar para outras experiências, apoiando a fala do Sr. Miguel Trefaut Urbano
239 Rodrigues. O Sr. **Ugo Vercillo** – MMA, respondeu que o processo de construção da lista
240 está em andamento e a Conabio serve para consultar sobre este processo, ela é um dos
241 atores. Ponderou que o plenário poderia criar um ambiente para a discussão e perguntou
242 se a Conabio quer trazer o debate sobre o processo de metodologia para a próxima
243 reunião. Repliou à Sra. Patrícia Saraiva que as espécies aquáticas também entram no
244 projeto, exemplificando sobre o mutum e a tartaruga marinha. A Sra. **Márcia Chame** –
245 FioCruz/MS, solicitou a lista das espécies e as áreas. Respondendo ao comentário da Sra.
246 Danielle Blanc, o Sr. **Ugo Vercillo** – MMA, informou que o processo de definição das
247 listas começou em março de 2014, na 55ª Reunião Ordinária da Conabio e na 18ª Reunião
248 Extraordinária, em novembro do mesmo ano. A Sra. **Márcia Chame** – FioCruz/MS,
249 reforçou a importância de voltarmos a nos esforçar para continuar a replicar o

250 conhecimento para aplicar em outras experiências. A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo**
251 – FBOMS, sugeriu melhorarias para garantir que haja a implementação e que haja recurso
252 para pesquisa. Ainda inferiu que a Conabio pode propor formas para implementação e
253 apoiou a Sra. Márcia Chame. A Sra. **Danielle Blanc** – MPA, levantou que existe
254 divergência na academia sobre o uso **dos critérios** da IUCN **para espécies de peixes**,
255 observou a deficiência de dados sobre as espécies e lembrou que o tema da segunda lista
256 não foi consultado pela Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção
257 – CTPEAE, **apenas apresentado**. Questionou o porquê da CTPEAE não ter tido mais
258 discussões e resolveu aguardar o item da pauta sobre câmaras técnicas. O Sr. **Ugo Vercillo**
259 – MMA, informou que existe uma consulta da sociedade civil e pequenas universidades
260 sobre o processo. Também ressaltou que deve-se discutir sobre o papel da Conabio sobre
261 a estruturação de projetos e processos. Por fim, perguntou para os membros sobre deixar
262 as apresentações “Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade” e “Programa
263 de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB)” para a próxima reunião
264 do colegiado e, começar a discussão do item sobre as Câmaras Técnicas. A Sra. **Adriana**
265 **Panhos Bayma** – MMA observou que encaminhará aos membros, informações sobre
266 áreas prioritárias e PMABB.
267

268 **6 Avaliação da necessidade da permanência das Câmaras Técnicas como ambiente** 269 **de debate;**

270 O Sr. **Ugo Vercillo** – MMA apresentou o tema, esclarecendo aos membros como são
271 estruturadas as Câmaras Técnicas (CTs), de acordo com o capítulo IV da Deliberação nº
272 58 da Conabio que aprova o Regimento Interno. Além disto, atualizou os membros sobre
273 como se deu o funcionamento das Câmaras Técnicas Permanentes (CTPs) e Temporárias
274 (CTTs) até o momento. A Sra. **Márcia Chame** – FioCruz/MS, colocou que para atender
275 ao Probio e à Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, foi iniciado o marco zero,
276 com vários especialistas envolvidos, banco de dados, recomendações, seminário nacional,
277 o que permitiu que se finalizasse a estratégia de espécies invasoras, por exemplo. O que
278 não aconteceu com as outras câmaras técnicas, que faltavam dados e especialistas. A Sra.
279 **Patrícia Saraiva** - MAPA, questionou porque não houve reunião da CTP de Espécies
280 Ameaçadas de Extinção antes da 55ª Reunião Ordinária. Perguntou quem eram os
281 coordenadores e porque não foram convocadas as reuniões de câmara técnica. O Sr. **João**
282 **Carlos de Petribu de Carli Filho** – CNA, expressou que o tema é que define o quórum.
283 O Sr. **Ugo Vercillo** – MMA informou que não poderia responder quais fatores limitaram
284 o processo, pois não estava no MMA e perguntou aos membros quais CTPs devem ser
285 mantidas de acordo com a importância. A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo** – FBOMS,
286 disse que acredita ser uma série de fatores envolvidos e que as CTs deveriam ser sempre
287 temporárias, com objetivo na entrega de produto específico. A Sra. **Márcia Chame** –
288 FioCruz/MS, acha que pode ser temporária ou permanente, desde que funcionem,
289 dependendo do objeto de discussão. Sobre a frequência dos membros ela acha que é
290 determinada sobre o interesse da instituição nos assuntos da pauta e não pelo simples
291 interesse na biodiversidade, proposta esta, a principal função da Conabio. A Sra. **Ivaneide**
292 **Bandeira Cardozo** – FBOMS, reforçou que ainda acha que deve ter prazo para entregar
293 o produto. O Sr. **Elizário Noé Boeira Toledo** – CONTAG, colocou que sua instituição
294 participa de 143 fóruns, que é um excesso e, mesmo assim, existe uma desilusão quanto
295 a eles, já que há pouca participação da sociedade civil, tendo o governo o maior peso nas
296 decisões. Muita discussão e pouca resolução. É preciso definir uma estratégia para que as
297 reuniões sejam produtivas e tenham resultado. Não temos o que fazer com 02% do PIB.
298 A Sra. **Patrícia Saraiva** - MAPA, reforçou que a CONABIO não tem uma agenda real,
299 propositiva. Que desde a 58ª Reunião Ordinária a Conabio só recebe informações e os

300 membros vêm para as reuniões para ouvir apresentações. Também sugeriu reuniões
301 virtuais da CTs. A Sra. **Ivaneide Bandeira Cardozo** – FBOMS, sugeriu reuniões virtuais
302 para apresentações, quando não houver deliberações. O Sr. **João Carlos de Petribu de**
303 **Carli Filho** – CNA, lembrou que ouvintes, já que a reunião é pública, também podem
304 participar. Sugeriu marcar a reunião virtual juntamente com a física, para ouvintes
305 participarem. A Sra. **Clarissa Souza Della Nina** – MRE, lembrou da Lei nº13.123 e
306 outros assuntos que podem ser discutidos nas CTs. Ela avalia que algo permanente e
307 focado, é válido. A Sra. **Leandra Lofego Rodrigues** – MS, entendeu que deve ser
308 permanente uma câmara técnica que monitore a implementação da política. O Sr. **Miguel**
309 **Trefaut Urbano Rodrigues** – SBPC, pediu que conversem com o pessoal das comissões
310 para saber o andamento e que os membros sejam atualizados sobre as CTs. Solicitou
311 receber informações do MCTIC sobre a CTP de Coleções Científicas e o MMA, fornecer
312 sobre as demais. Também defendeu que as reuniões da CT de Coleções Científicas sejam
313 permanentes. A Sra. **Raquel de Oliveira Alves** – MPOG, sugeriu que fossem escolhidos
314 dois temas para que sejam tocadas por câmaras temporárias, como por exemplo, a
315 EPANB e espécies ameaçadas. O Sr. **Ugo Vercillo** – MMA consolidou as sugestões e
316 propôs um grupo de trabalho para estudar proposta de como serão as CTs. O Sr. **Carlos**
317 **Alberto de Mattos Scaramuzza** – MMA contribuiu, com exemplos do Comitê Nacional
318 de Zonas Úmidas (CNZU), onde deliberações e resoluções provocam discussões e
319 resultados concretos. O Sr. **Ugo Vercillo** – MMA, sugeriu construir um grupo de trabalho
320 para análise das CTs, com temas específicos, com prazos. A Sra. **Márcia Chame** –
321 FioCruz/MS, sentiu falta de discussões sobre o que o Brasil leva para a Conferência das
322 Partes da CDB e sobre o posicionamento do Brasil (da Conabio) nas discussões dos
323 assuntos da COP. Queria saber quais temas deverão ser objeto das CTs e disse acreditar
324 que as CTs devam ser temporárias, mesmo que tenham prazo de dois anos. A Sra.
325 **Clarissa Souza Della Nina** – MRE, informou que promove reuniões de coordenação com
326 a sociedade civil no MRE e não tem como fazer mais outra com os membros da Conabio.
327 A Sra. **Márcia Chame** – FioCruz/MS, ressaltou que a Conabio existe para discutir temas
328 da CDB. A Sra. **Clarissa Souza Della Nina** – MRE, ofereceu para convidar membros
329 para participar da reunião com prévias da COP (16 e 17 outubro?). A Sra. **Patrícia**
330 **Saraiva** - MAPA, teve que sair e deu sugestões sobre as CTs que ela julga mais
331 importantes: Ameaçadas de extinção, Invasoras e CDB. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos**
332 **Scaramuzza** – MMA sugeriu delimitar o grupo de trabalho para discutir os temas,
333 produtos e possíveis soluções. O Sr. **Ugo Vercillo** – MMA, solicitou voluntários para
334 participar do grupo de trabalho. Os membros **Clarissa Souza Della Nina** - MRE, **Márcia**
335 **Chame** – FioCruz/MS, **Patrícia Saraiva** - MAPA, **João Carlos de Petribu de Carli**
336 **Filho** - CNA, **Maria Izabel Soares Gomes** – IBAMA ofereceram-se como participantes.
337 A Sra. **Leandra Lofego Rodrigues** – MS propôs circular, entre os membros, uma enquete
338 para sugestão de temas relevantes para a Conabio.

339

340 **7 Calendário de Reuniões Ordinárias da CONABIO para 2017.**

341 62ª 25 e 26 de abril

342 63ª 19 e 20 setembro

343

344 **8 Encerramento.**